

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI/BA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO PME (2015-2025)

Cleidiane Nogueira Prates Mendes¹
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Resumo: O estudo sobre a educação do campo no município de Guanambi/BA, justifica-se pela relevância em discutir a construção de uma educação no/do campo que respeite as especificidades desse espaço. O tema em questão propõe-se a analisar como é pensada a educação do campo no município de Guanambi/BA; bem como discutir o processo de nucleação das escolas rurais de Guanambi. A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, assim, recorreremos à análise documental que foi feita a partir do Plano Municipal de Educação (2015-2025). A partir dessa análise, percebemos que a educação do campo no referido município é pensada com total descaso e desrespeito aos sujeitos do campo. Desde 2005, não existem mais escolas no campo; os estudantes foram transferidos para escolas da Sede do município e dos Distritos de Mutãs, Ceraíma e de Morrinhos. Desse modo, faz-se necessário uma educação e uma escola do campo que de fato represente as especificidades desse espaço tão dinâmico e plural. Nesse sentido, essa pesquisa evidenciou reflexões importantes acerca da educação do campo, posto que as discussões teóricas em paralelo com a análise do Plano Municipal de Educação do município de Guanambi propiciaram compreender a necessidade de pensar a educação do campo enquanto direito e que realmente atenda às demandas e as singularidades dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Guanambi/BA. Sujeitos do campo

Introdução

Como afirma Arroyo (2007), o nosso sistema escolar é pensado de acordo com o paradigma urbano, que por sua vez é idealizado como modelo de civilização, propício ao desenvolvimento e a formação do sujeito. “A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar de atraso, do tradicionalismo cultural” (ARROYO, 2007, p.158).

Essa visão atribuída ao campo está presente na maioria dos textos legais e nas políticas públicas educacionais. A proposta de nucleação das escolas rurais é exemplo disso, ao tratar o urbano como parâmetro e o rural como simples adaptação. A própria política de nucleação das

¹ Pós-graduada em docência do ensino superior pela UNIGRAD - Faculdade Guanambi. Atualmente é professora substituta do curso de pedagogia da UNEB – Campus XII e professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Guanambi/BA. É integrante do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão educacional Paulo Freire – NEPE. E-mail: cleidianeprates@yahoo.com.br.



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



escolas rurais do município de Guanambi reforça essa ideia quando fecha todas as escolas da zona rural e transfere os/as estudantes para a cidade e para os distritos.

Nesse contexto, o estudo sobre a educação do campo no município de Guanambi é relevante, visto a necessidade em discutir a construção de uma educação no/do campo que respeite as especificidades desse espaço. Para isso, propõe-se a questão de pesquisa: De que maneira a educação do campo é pensada no município de Guanambi/BA?

Para responder a essa questão temos como objetivo geral: Analisar a educação do campo no município de Guanambi/BA; buscando discutir a política de nucleação das escolas rurais de Guanambi.

Metodologia

Para analisar a educação do campo no município de Guanambi, a presente pesquisa requer uma abordagem qualitativa, pois esta possibilita uma maior compreensão da realidade permitindo interpretar os fenômenos e a atribuição qualitativa de seus significados. Na pesquisa qualitativa “a realidade é uma construção social da qual o pesquisador participa, conseqüentemente acarretando a valorização da imersão do pesquisador no contexto estudado.” (MACHADO, 2007, p.10).

Dessa forma, para responder a questão de pesquisa e os objetivos propostos, recorreremos à pesquisa documental que consiste na exploração de fontes diversificadas, tais como: relatórios, documentos, cartas, filmes, fotografias, etc. Desse modo, a análise documental foi feita a partir do Plano Municipal de Educação - PME (2015-2025), com o objetivo de analisar a educação do campo no município de Guanambi/BA, refletindo sobre o que está posto no PME e a realidade em relação à política de nucleação das escolas rurais no referido município.

A educação do campo e o processo de nucleação das escolas rurais: algumas reflexões

A educação oferecida às populações rurais sempre foi relegada a um papel marginal no âmbito das políticas públicas. A visão era de que povos do campo eram atrasados, ignorantes, e, por isso, meros receptores de conhecimentos prontos totalmente alheios à realidade campesina. “A educação rural, desse modo, funcionou como uma educação formadora tanto de uma força de trabalho disciplinada quanto de consumidores dos produtos agropecuários, agindo, nesse sentido, para eliminar os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra” (RIBEIRO, 2010, p. 172).

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Desse modo, ao desconsiderar o conhecimento e as formas de produção do povo camponês, o sistema educacional reforça os interesses do capital, e como diz Arroyo; Fernandes (1999), contribui com a lógica de subordinação do campo à cidade. Assim, se o campo e os sujeitos que nele vivem são vistos com descaso pela sociedade e pelas políticas públicas, a tendência é que a educação instrumentalize a reprodução de um projeto de desenvolvimento que representa o urbano como referência e o rural como adaptação. “A palavra *adaptação* (...) reflete que o campo é lembrado como o *outro lugar*, que são lembrados os povos do campo como os outros cidadãos, e que é lembrada a escola e seus educadores (as) como a outra e os outros (ARROYO, 2007, p. 158-159)”.

Sob essa ótica, as discussões presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 acerca da educação como direito de todos os cidadãos, sejam eles residentes no meio rural ou na cidade, constitui-se em avanços significativos. Entretanto, a ideia de adaptação do mundo rural ao mundo urbano continua a perpetuar no contexto atual.

Exemplo disso são as políticas de nucleação das escolas rurais que foram ampliadas devido a atual LDB e da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultado do processo de municipalização no Ensino Fundamental. Isso, na prática se efetivou por meio do fechamento das escolas rurais, que de acordo com Santos (2006), tem obrigado os/as alunos/as do campo a migrarem para as escolas da cidade, negando às populações camponesas o direito a ter uma educação que valorize as especificidades do campo.

Apesar dos avanços na concepção de Educação do Campo como uma proposta de educação libertadora, comprometida com a formação política, social, histórica e cultural dos povos do campo, ainda nos dias atuais, a educação rural se faz presente na maioria das escolas legitimando discursos e práticas totalmente contraditórias inspiradas no paradigma urbano e num modelo de sociedade capitalista. A própria política de nucleação foi resultado do descaso e do abandono do Estado com as escolas rurais, de modo que esse processo de desestruturação das escolas no meio rural implicou na desvalorização da vida no campo e da cultura camponesa.

Diante dessa realidade, o processo de nucleação das escolas rurais consiste “[...] em reunir várias escolas ou salas ditas “isoladas”, que foram fechadas ou desativadas, agrupando-as em uma única escola nos distritos ou comunidades que reunissem maior número de pequenas comunidades em seu entorno”. (PARECER CNE/CEB 23/2007, p. 5). Dessa forma,

com a política de nucleação ocorre o fechamento das escolas rurais, e consequentemente a negação do direito a educação vinculada à realidade dos sujeitos que vivem no campo.

Isso porque na maioria das vezes o modelo de nucleação não acontece no próprio campo, mas sim na cidade. Com isso, a política de nucleação reforça ainda mais a visão estigmatizada do campo, situando a educação da cidade como parâmetro a ser seguido pelos povos camponeses, desconsiderando a identidade, os saberes e as especificidades do campo e dos sujeitos que vivem nesse espaço.

Diante desse cenário, os movimentos sociais vêm travando lutas por uma educação no/do campo, ou seja, uma educação que efetive o direito de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, e também que respeite o conhecimento, a cultura, os modos de vida e a identidade camponesa. “A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana [...]*” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p.23-24).

Discussões/resultados

A partir da análise do Plano Municipal de Educação de Guanambi, percebemos que a educação do campo no referido município é pensada com total descaso e desrespeito aos sujeitos do campo. Desde 2005, não existem mais escolas no campo; os estudantes foram transferidos para escolas da Sede do município e dos Distritos de Mutãs, Ceraíma e de Morrinhos. Houve “(..) um processo brusco de nucleação extracampo que, na verdade, se tornou um processo de urbanização total da educação deste município, recaindo na velha política de tratar o urbano como parâmetro e o rural como simples adaptação (PME, 2015-2025, p.103).

O Plano Municipal de Educação do município de Guanambi traz na meta 13: “ofertar, progressivamente e com qualidade, a Educação Básica e EJA em escolas nucleadas no campo, atendendo a 50% da demanda escolar até 2017 e 100% até 2020” (PME, 2015-2025, p.155). Nesse sentido, o PME é uma política importante para se pensar a educação do campo, visto que as discussões perpassam por uma construção coletiva dos sujeitos.

Entretanto, o que está proposto no PME em relação à educação do campo até o presente momento não vem sendo cumprido pelo município de Guanambi. O controle e monitoramento do plano vêm demonstrando essa realidade.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Atualmente não existem escolas nas comunidades rurais, o que implica a negação dos direitos dos povos camponeses. “Boa parte dos alunos menores de 6 anos moradores da zona rural está fora da escola, ou seja, totalmente excluídos da Educação Infantil (PME, 2015-2025, p.105). Isso devido ao número insuficiente de creches na sede para atender as crianças de 0 a 3 anos, e os distritos só oferecem Educação Infantil a partir de 4 anos.

Mesmo as crianças acima de 6 anos encontram muitas dificuldades para frequentarem à escola, pois precisam acordar de madrugada, muitas vezes saem de casa sem alimentação, percorrendo longas distâncias em transportes escolares com péssimas condições. Além disso, com o fechamento das escolas no campo, muitos jovens e adultos trabalhadores deixaram de estudar, “(...) pois os horários dos transportes não são condizentes com os da chegada do trabalho e, mesmo se fossem, os alunos passariam muito tempo no trajeto de volta, tendo que acordar muito cedo no dia seguinte para trabalhar (PME, 2015-2025, p.105)”.

De acordo com essa realidade, evidencia-se que o modelo de educação pensado para o campo, e não a partir do contexto desse espaço, configura-se através de um processo histórico de negação do campo como um espaço de vida e de construção de identidades, pois, “quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar” (FERNANDES, 2002, p. 97, 2002). Isso acontece quando os/as estudantes do campo deslocam-se para a escola da cidade e são levados a pensar o mundo e o próprio lugar onde vive a partir das referências do urbano.

Nesse sentido, é necessário reafirmar o direito dos sujeitos do campo a terem acesso a uma educação no/do campo que respeite seus saberes, sua identidade e o seu modo de vida. Para isso, é preciso ter escolas no campo com uma proposta pedagógica que atenda aos sujeitos desse espaço.

Considerações Finais

Diante das discussões sobre a educação do campo no município de Guanambi, percebe-se que, a educação no/do campo não é pensada enquanto direito legalmente garantido aos sujeitos desse espaço. Na prática, a educação do campo no município de Guanambi está longe do ideal, por isso, a luta para a garantia desse direito é essencial na construção de um novo projeto de sociedade, afinal, não se pode construir uma educação libertadora sem considerar a cultura, os territórios, a identidade, a história, os modos de vida dos sujeitos do campo.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Por isso, faz-se necessário uma educação e uma escola do campo que de fato represente as especificidades desse espaço tão dinâmico e plural. Nesse sentido, essa pesquisa evidenciou reflexões importantes acerca da educação do campo, posto que as discussões teóricas em paralelo com a análise do Plano Municipal de Educação do município de Guanambi propiciaram compreender a necessidade de pensar a educação do campo enquanto direito e que realmente atenda às demandas e as singularidades dos sujeitos do campo.

Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas de formação de educadores do campo. In: **Caderno CEDES**, Campinas. v. 27, p. 157-176, Maio/Agosto, 2007.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília-DF, 1999.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB, nº 23/2007**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. IN: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.s). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 4.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir. MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília-DF, 1999.

MACHADO, Lourdes Marcelino. Considerações sobre a natureza do trabalho científico. In: **Pesquisa em educação: passo a passo**. Marília-SP: Edições M3T, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação – PME**, 2015.:

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação; princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Fábio Josué Souza. **Nem “tabaréu/oa”, nem “doutor/a”: o (a) aluno(a) da roça na escola da cidade: um estudo sobre identidade e escola**. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2006.